

ENTREVISTA COM A PROFESSORA LORENA LINS DAMASCENO- COORDENADORA GERAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – CAPES, CONCEDIDA AO PROFESSOR JOSE CARLOS DE MELO (COORDENADOR GERAL DO PARFOR/UFMA)

José Carlos de Melo 1

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), graduada em Pedagogia pela mesma Universidade. É servidora do quadro permanente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ocupando, atualmente, o cargo de Coordenadora-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica. Atua na gestão técnica de programas e ações do Governo Federal voltados para Formação inicial e continuada de Professores, como o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa de Residência Pedagógica e projetos de cooperação internacional para aperfeiçoamento de profissionais do magistério. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas públicas, formação de professores da educação básica e formação de docentes em serviço.

Professora, quando começou a sua história com o PARFOR Conte um pouco dessa sua história.

Minha trajetória profissional está completamente ligada à trajetória do Parfor. Há 11 anos, quando o Parfor foi lançado, se iniciava também a minha jornada como servidora pública. Eu era recém empossada na Capes e fui lotada na Diretoria de Educação Básica. Uma diretoria que tinha, também, acabado de ser criada. Então, naquele momento era tudo novo. Tudo estava começando.

A reconfiguração da Capes para agregar às suas atribuições (tradicionalmente direcionadas à formação de quadros de alto nível para o ensino superior) a formação de profissionais do magistério da educação básica fez parte de um grande aparato institucional que estava sendo montado pelo Ministério da Educação ao instituir, por meio do Decreto 6.755/2009, a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Fazer parte da equipe técnica da Capes e vivenciar a gestão diária do Parfor foi e ainda tem sido um aprendizado diário. No início, atuei na gestão do pagamento de bolsas do Programa. Posteriormente, fui convidada a assumir a Coordenação de Apoio à Formação de Profissionais do Magistério. No período em que ocupei esse cargo, tive a oportunidade de aprofundar o meu conhecimento da política de formação de professores e de conhecer, inclusive em loco, muitas belas experiências vivenciadas nos estados brasileiros, apesar dos inúmeros desafios que se apresentam na implementação do Parfor.

1-Pós-doutor em Educação pela UNISANTOS. Doutor em Educação pela PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Docente Associado I do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1282285394690979>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0501-8141>.

Mais recentemente, em 2019, assumi a Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica e, neste momento, me encontro diante de um desafio maior, já que outras ações e programas se somam ao Parfor entre as responsabilidades dessa unidade da Capes.

Nesse período participei de eventos, seminários, reuniões, jornadas pedagógicas entre outras diversas atividades promovidas pelo Parfor no âmbito das Instituições de Ensino Superior. Também me aventurei a pesquisar mais sobre o programa, publiquei artigos e capítulos de livros sobre o tema e, como não poderia deixar de ser, foi também o Parfor o meu objeto de estudo no mestrado.

Fui forjada como servidora pública, como pesquisadora e como gestora, tendo esse programa como base. A cada formatura, sinto a satisfação do dever cumprido e o imenso orgulho de fazer, mesmo que de longe, parte da trajetória profissional dos professores e professoras que atuam nas escolas públicas de educação básica do nosso país, assim como eles fazem parte da minha.

Professora, quais as frente de atuação da sua coordenação aqui na CAPES?

A Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica, além do Parfor, também é responsável atualmente pela gestão do Programa de Residência Pedagógica, cujo objetivo é aprimorar a formação prática dos alunos de licenciatura que estão cursando a segunda metade do curso, por meio da concessão de bolsas de estudos aos alunos das licenciaturas para que participem de projetos nas escolas, realizando atividades práticas acompanhadas por docentes das escolas de educação básica (seus preceptores) e por docentes da Universidade (seus orientadores).

No âmbito dessa Coordenação-Geral também desenvolvemos ações de cooperação internacional para o desenvolvimento profissional dos docentes da educação básica. Temos realizado parcerias com Instituições estrangeiras de reconhecida excelência que oferecem cursos de curta duração para formação dos professores das diversas áreas do conhecimento.

Professora na sua opinião qual a relevância do PARFOR na formação de educadores da Educação Básica?

O diferencial do Parfor, entre os demais programas do governo destinados à formação de professores é, na minha opinião, sua inserção no interior do país. No Parfor, é a Universidade que, na maioria das vezes, desloca seu corpo docente até as localidades onde vivem e trabalham os professores. É um programa que promove espaços e tempos de formação diferenciados, voltados às especificidades da formação do docente que está em serviço.

Os professores não estão liberados de sua atividade laboral para frequentarem os cursos. Sabemos que muitos deles renunciam ao convívio familiar e do lazer em busca de sua qualificação, nos finais de semana, nas férias. O funcionamento modular do programa possibilita que o docente realize a formação sem prejuízo das atividades na escola.

Além disso, é importante registrar que para grande parte dos municípios, o Parfor é a única oportunidade oferecida aos professores da educação básica para que obtenham acesso a formação superior, gratuita e em universidades de qualidade. Isso aumenta a relevância do programa, principalmente quando levamos em conta as assimetrias regionais, econômicas e educacionais que estão postas no Brasil.

Professora em quais estados já foram e ainda estão sendo ofertados os cursos do PARFOR e quais foram os benefícios para os estados na sua opinião?

Todos os Estados da Federação aderiram ao Programa, com exceção de Alagoas, Sergipe, Goiás e Minas Gerais. As regiões Norte e Nordeste são as que congregam o maior número de professores atendidos pelo Programa. Isso é compreensível, já que essas são as duas regiões do país com a maior porcentagem de professores sem nível superior.

Região	UF	Matriculados	%
NORTE	AC	1.945	1,9
	AM	11.644	11,5
	AP	2.738	2,7
	PA	27.571	27,3
	RO	194	0,2
	RR	1.356	1,3
	TO	1.713	1,7
NORDESTE	BA	14.111	14,0
	CE	3.928	3,9
	MA	6.335	6,3
	PB	1391	1,4
	PE	1.750	1,7
	PI	11.732	11,6
	RN	2.450	2,4
CENTRO-OESTE	DF	187	0,2
	MS	269	0,3
	MT	1171	1,2
SUDESTE	ES	150	0,1
	MG	11	0,0
	RJ	707	0,7
	SP	2.496	2,5
SUL	PR	3.313	3,3
	RS	1.769	1,8
	SC	1.922	1,9
Total		100.853	100

Fonte: Capes (2020)

Atualmente, ainda existem turmas em funcionamento em 18 estados brasileiros.

Por ser um programa implementado em regime de colaboração, o Parfor traz benefícios para os estados e municípios, mas também traz responsabilidades e obrigações. Entendo que o estado que aderiu ao programa teve muitos benefícios por oportunizar a seus professores a obtenção da licenciatura em sua área de atuação, sem que esses docentes tivessem que se ausentar de suas atividades laborais durante o curso. A formação em serviço promovida pelo Parfor beneficia os professores, sem prejudicar as atividades na escola.

Entretanto, é preciso destacar os desafios desse formato, uma vez que os professores, caso não tenham sua formação apoiada pelas redes às quais estão vinculados, passam por muitas dificuldades durante a formação. O Estado e o município precisam dar um certo suporte para que a o docente não seja o único responsável por sua qualificação profissional. Ouvimos frequentemente relatos de professores cursistas do Parfor que sacrificam seus horários de lazer, descanso e convívio familiar e ainda pagam com recursos próprios o transporte, a alimentação e, em casos de cursos fora da cidade onde moram, hospedagem.

Por isso, quando digo que os benefícios para o estado são relevantes, pois aumenta o número de professores qualificados dessas redes o que eleva a qualidade do ensino oferecido em suas escolas, deve-se tomar cuidado para não que não recaia sobre esses profissionais, apenas, a responsabilidade por sua formação e pela elevação dos índices educacionais daquela localidade.

Professora Você pode nos dizer quantos alunos/professores já foram formados pelo PARFOR em todo Brasil?

Desde seu lançamento, em 2009, o Parfor matriculou 100.853 professores em cursos de licenciatura. Desses, já se formaram 56.686.

Nesse processo de formação inicial, quais os autores envolvidos nesse processo? E qual a função e importância de cada um deles para o sucesso do Programa?

Como previsto na legislação que o institui, o Parfor é implementado em regime de colaboração entre o MEC, por intermédio da Capes, as Instituições de Ensino Superior, os municípios, os estados e o Distrito Federal. Cabe à Capes a gestão executiva e financeira do programa; às IES a oferta e implantação das turmas e aos municípios, estados e Distrito Federal, cabe o provimento das condições necessárias para garantir a participação e permanência nos cursos dos professores de suas respectivas redes.

Certamente, num programa complexo como o Parfor, o sucesso depende de grande engajamento de todos os atores envolvidos, elaborando e acompanhando a execução de um plano estratégico com base no diagnóstico e identificação das necessidades de formação das redes públicas, utilizando, inclusive, os dados do censo escolar da educação básica; definindo prioridades e metas relacionadas à formação docente em cada estado; articulando ações, otimizando recursos e potencializando esforços em interação com os sistemas de ensino e instituições formadoras sediadas no estado.

Nesse sentido, foi fundamental a atuação dos Fóruns Estaduais Permanentes de apoio à formação docente nos primeiros anos do Programa pois eles foram a materialização desse regime de colaboração no sentido de organizar a formação inicial e continuada dos professores no âmbito de cada estado brasileiro.

Os atores que citei até agora atuam em um aspecto macro do Parfor, mas entendo que existem atores fundamentais, no âmbito das IES, mais especificamente, que são aqueles que, de fato, fazem o programa acontecer. Que promovem a formação propriamente dita. A implementação do Parfor pelas Universidades demanda a disponibilidade de um corpo docente qualificado, que se responsabilize tanto pelas atividades didático-pedagógicas dos cursos como atividades de gestão institucional do Programa. Cada curso possui um coordenador e um conjunto de professores formadores.

Assim, ao aderir ao programa e ao assumir a responsabilidade de sua implementação no âmbito do estado, a IES precisa contar com o apoio institucional interno, da parte de seus Gestores, do corpo docente, equipe técnica e externo, da parte dos Dirigentes estaduais e municipais.

Professora, você como, Coordenadora Geral de Formação de Docentes da Educação Básica – CAPES aqui em Brasília, pode nos dizer o que mudou no ensino, após esses alunos/professores se formarem?

O Censo Escolar de 2007, revelou o elevado número de professores que atuavam em sala de aula sem possuírem a formação requerida para o exercício da docência. Os dados mostravam que, naquele ano, mais de 600 mil professores não possuíam formação em nível superior. Destes, pouco mais de doze mil possuíam apenas o ensino fundamental. Outro problema detectado foi o fato de que muitos dos professores que possuíam nível superior não atuavam na área de sua formação ou possuíam apenas bacharelado, não tendo formação pedagógica. Foi nesse contexto que se criou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, a fim de equacionar, ou diminuir este problema.

Passados 11 anos da criação do Programa, já foram matriculados mais de 100 mil professores que não possuíam a formação adequada para lecionar na educação básica e quase 60 mil deles já concluíram sua formação e aproximadamente 16 mil estão com sua formação em andamento.

O Anuário estatístico da Educação Básica referente ao censo de 2019 apontou queda no número de professores sem a formação adequada. 320 mil professores não possuem curso superior e 139 mil fizeram graduação, mas sem licenciatura.

Ao considerarmos esses números, é possível afirmar que o Parfor tem cumprido

seu papel no sentido de contribuir para diminuição dos índices negativos da adequação da formação docente, historicamente demonstrados no Censo da Educação Básica. Entretanto, sabemos que por meio do Parfor, que tem as limitações de um programa, não conseguirá, por si só, zerar esses números.

Sobre as repercussões do Parfor na melhoria do ensino, penso que carecemos de estudos mais focalizados para identificarmos sua real contribuição. Ainda é um desafio para a nossa coordenação realizar um acompanhamento mais aprofundado em relação às mudanças que essa formação promove na prática do docente em sala de aula. O que conhecemos, nesse sentido, vem dos vários relatos dos próprios cursistas e pelas pesquisas e publicações produzidas pelas IES participantes e por pesquisadores interessados no tema. Esses relatos e estudos apontam uma melhoria na qualidade do ensino desse professor formado pelo Parfor.

Em que pese ainda não haver, por meio da Capes, um estudo específico sobre esses impactos, o reconhecimento da importância da formação e da valorização do professor para a melhoria da qualidade da educação é um consenso no âmbito dos discursos acadêmicos e políticos, e tem sido cada vez mais enfatizado no escopo das legislações concernentes à política educacional brasileira.

O Parfor é, portanto, uma importante iniciativa do poder público que promove a formação inicial de professores para garantir o princípio constitucional do padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas brasileiras.

Para finalizar que recomendação você daria para melhorar/aperfeiçoar mais a política de formação do PARFOR nas Universidades Parceiras?

É importante que as IES busquem identificar e incorporar uma importante contribuição que o Parfor traz para dentro delas: o fato de a formação ser voltada para professores em exercício, que já trazem uma experiência profissional da escola. A IES que consegue tirar proveito dessa circunstância certamente obtém sucesso na tentativa de se aproximar do paradigma da formação docente centrada na escola e certamente há um enriquecimento recíproco nessa interação.

Dessa forma, a IES deve pensar o construir o currículo dos cursos do Parfor a partir das realidades vivenciadas pelos professores cursistas em suas salas de aula e tê-las como referência para o trabalho dos professores formadores.

Professora Lorena Muito obrigado pela entrevista

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 30 ago.2018.

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Plataforma Capes de Educação Básica**. Disponível em eb.capes.gov.br. Acesso em 20 out. 2020.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Educacenso**, 2007.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 27 out. 2020.

Recebido em 27 de agosto de 2020.
Aceito em 15 de setembro de 2020.